

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC



CORREIO
IMPRESSO ESPECIAL
nº68000007/2002
ECT/SC
ALESC

Florianópolis, 29 de novembro de 2002

Ano 4 Nº 110

CPI do Refis será instalada até o dia 5

Rubens Vargas

Ao enfatizar que há fortes indícios de acobertamento de ato criminoso por autoridades na inclusão da Malharia Cristina, de Blumenau, no Programa de Refinanciamento e Recuperação Fiscal do Estado (Refis) um ano após ter expirado o prazo legal, a deputada Ideli Salvatti (PT) ocupou a tribuna terça-feira (26) para solicitar a imediata instalação da CPI do Refis.

Aprovada por resolução no dia 16 de outubro deste ano a comissão conta com os deputados Francisco de Assis (PT), Gilmar Knaesel (PPB), Valmir Comin (PPB), Rogério Mendonça (PMDB), Herneus de Nadal (PMDB), Julio Garcia (PFL) e Narcizo Parisotto (PTB). Conforme o Regimento Interno da Casa, o parlamentar mais idoso instala a CPI e convoca os membros para nomeação do presidente e relator.

O que deixou a parlamentar perplexa foi o fato da negativa de ingresso da empresa no Refis ser reconsiderada após pedido feito ao governador Esperidião Amin, que encaminhou o processo ao procurador-Geral do Estado, Walter Zigelli. Este deu parecer favorável e incluiu a malharia



Coletiva da deputada Ideli

no programa um ano após o prazo legal, com o aval do secretário da Fazenda, José Adalberto Lunardelli, em 9 de maio de 2002. Ideli disse que vários documentos podem ser anexados à CPI, como a ação popular do PT com liminar dada pelo juiz Domingos Paludo, da capital, em 25 de julho deste ano, que recomenda a inclusão de outros participantes no caso da empresa blumenauense. Além dos proprietários da Malharia Cristina, o secretário Lunardelli e os procuradores estaduais

Sérgio Luiz Mar Pinto e Ricardo de Araújo Gama. No Tribunal de Justiça o advogado da empresa conseguiu retirar o processo sem a citação dos réus e só o devolveu três meses após por notificação judicial.

A senadora eleita relatou que em novembro de 2000, início dos trabalhos da CPI da Sonegação Fiscal, foram apreendidas máquinas de cupom fiscal falso na Malharia Cristina, sendo que em 1998 o Tribunal de Contas do Estado comprovou desaparecimento do processo de notificação fiscal daquela empresa, na ordem de R\$ 1 milhão, mas o gerente regional da secretaria da Fazenda, Luiz Ayr da Silva, não foi encontrado. Luiz, vereador do PPB em Blumenau, acabou sendo preso após as primeiras investigações da CPI da Sonegação. Segundo notícia divulgada pela imprensa em 24 de outubro de 2000, ele e o proprietário da Malharia Cristina, Michel Sabagui, viajaram juntos para os Estados Unidos. Outro fato inusitado é que Sabagui foi preso em julho deste ano e foi libertado alguns dias depois por um despacho do Supremo Tribunal Federal (STF), em pleno recesso do Poder Judiciário. A dívida da Malharia Cristina com os cofres públicos corresponde a R\$ 13 milhões.

Programas da TVAL com nova roupagem

A TVAL está com duas novas formatações em sua programação. A primeira mudança ocorreu no programa *Serviço Médico* que passou a se chamar *Sua Saúde*.

Apresentado pela jornalista Katherine Galli, o programa ganhou mais espaço e maior campo de atuação. Durante 30 minutos ela entrevista um especialista em uma determinada área de saúde. O *Sua Saúde* vai ao ar às segundas-feiras, sendo reprisado durante a programação da TVAL durante a semana.

Já o *Galeria* deixou de ser apenas uma reportagem para tornar-se um programa de entrevistas e informações sobre as atividades ocorridas na Galeria de Artes Meyer Filho. O jornalista Léo Borba conversa com os artistas das diversas áreas culturais – como literatura, pintura e escultura – que usam o espaço da Assembleia para mostrar sua arte. O programa também tem a duração de 30 minutos e vai ao ar a partir das terças-feiras, sendo reprisado durante a semana. (TK)

OPINIÃO

O limite da violência



O aumento da criminalidade em Santa Catarina revela a fragilidade do Estado diante do apato dos criminosos, que aproveitam a desigualdade social e exercitam o que existe de mais sombrio na índole humana – a prática da barbárie física ou psicológica. Com astúcia, os líderes do crime organizado se equiparam e gregaram adeptos marginalizados economicamente, sem perspectivas e vulneráveis à labilidade dos criminosos em oferecer facilidades.

É necessário exercitar o olhar social sobre a violência, cujo crescimento está atrelado ao aumento dos índices de miséria. É emergencial implantar programas que acolham, ocupem e formem as crianças que perambulam pelas ruas, sem casa e sem norte, tentando obter, de assalto em assalto, objetos a que não têm acesso. O poder público precisa “acordar” para a imperiosa necessidade de tirá-las das ruas, oferecer-lhes centros educacionais e profissionalizantes. Despertá-las para a possibilidade, até então desconhecida, de vida digna. Banir a prática da omissão, por parte dos responsáveis pela execução de políticas públicas eficazes, é passo largo para evitar que delinquentes de hoje, que atuam com canivetes, se tornem bandidos de alta periculosidade empunhando armas sofisticadas no futuro.

Além das providências no campo social - que inclui a redução do desemprego -, é necessário desmobilizar as lideranças atuantes crimi-

nosas. De norte a sul do estado a ação das gangues torna-se, a cada dia, mais violenta. Os bandidos não têm limites: invadem casas, banalizam vidas, assaltam a qualquer hora, vendem drogas, seqüestram, roubam e matam. Crimes de todos os tipos e dimensões, como se os seus autores não temessem ninguém. Eles se acham poderosos. Assim como as pessoas de bem escolhem nosso estado para viver, atraídas pelas riquezas naturais e pela “segurança”, os bandidos também vêm motivados pela tranquilidade para estabelecer ramificações das mais variadas facções criminosas.

Enfim, estamos assistindo, atônitos e impotentes, à disseminação da violência e à limitação de nosso direito de ir e vir e de estarmos seguros em nossas casas. A situação requer decisões equilibradas por parte do Estado, que ainda conta com a confiança da população e à qual precisa corresponder com ações firmes que produzam resultados. Os governos têm solicitado a participação da sociedade no combate à violência, mas os cidadãos já pagam seus impostos e, na contrapartida, esperam a garantia dos serviços essenciais.

Expulsar das corporações os policiais envolvidos com o crime, elaborar leis que encurtem os caminhos de processos criminais e rever a política do cárcere - já que as cadeias superlotadas em nada recuperam os apenados - são algumas das medidas para resgatar a força e a credibilidade das instituições e garantir segurança à população.

Deputado Onofre Agostini (PFL)

onofre@alesc.sc.gov.br

Atraso nos procedimentos para a duplicação da 101



A suspensão dos procedimentos de licitação para contratação de empresas que atuavam na obra de duplicação do trecho sul da BR-101, pelo Tribunal de Contas de União (TCU), é o motivo de minha viagem à Brasília na próxima semana. Quero saber quais irregularidades são apontadas pelo órgão, já que a equipe do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), responsável pela obra, discorda do TCU.

O problema que mais tem motivado o atraso da abertura dos envelopes, programada para o dia 30 de outubro passado, é que o texto dos editais não leva em consideração a lei 8.666/93 (Lei das Licitações), e autoriza a utilização de regras e procedimentos estabelecidos pelos organismos estrangeiros financiadores, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Já não sabemos mais que atitude tomar, pois o próprio DNIT diz que não há nenhuma anormalidade no edital, sendo que se

trata de uma licitação internacional e apenas segue os procedimentos do BID. Na volta da capital federal pretendo reunir a Comissão suprapartidária pró-duplicação da 101 para deliberar sobre as soluções a serem buscadas. Prometeram esta obra para final deste ano, início do próximo, e agora já falam em junho de 2003. A duplicação não pode mais esperar: se há erros, que sejam corrigidos, e se não, que deixem de tomar medidas que só têm prejudicado a população do sul do país. As estatísticas estão aí para quem quiser ver: toda semana o trecho sul da 101 faz, pelo menos, duas vítimas.

A duplicação que compreende o trecho entre Palhoça (SC) e Osório (RS) teve seu início prometido para 1999. No entanto, o coordenador estadual do DNIT, engenheiro Paulo Neuenschwander, diz que as obras, se o edital de licitação for liberado pelo TCU em breve, iniciarão em junho do próximo ano, ou seja, quatro anos de atraso.

Deputado Manoel Mota (PMDB)

mota@alesc.sc.gov.br

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)
1º Secretário: Gelson Sorgato (PMDB)
2º Secretário: Odete de Jesus (PL)
3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
4º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretor em exercício: Samir Machado
Coordenador em exercício: Jonas Lemos Campos
Jornalista responsável: Cleia Braganholo - SC 00317-JP
Chefe de Redação: Marise Ortiga
Redatores: Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, com a colaboração dos assessores de bancadas
Revisão: Mirela Maria Vieira
Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos
Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Bortoluzzi, Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira, Alberto Neves e Carlos Kilian
Distribuição: Setor de Expedição
Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

ESPECIAL

Sessão Solene homenageia o Dia de Santa Catarina

(foto Solon Soares)

O Plenário da Assembleia recebeu autoridades estaduais e convidados na noite do dia 26, em sessão solene que homenageou o Dia de Santa Catarina, transcorrido no dia anterior. A cerimônia que contou com a presença de vários deputados, entre eles o presidente da Assembleia, Onofre Agostini (PFL), teve a participação do artista plástico e escritor catarinense Rodrigo de Haro, que fez uma exposição sobre a história da padroeira do Estado. Catarina, filha do Rei Costus e da Rainha Sabinela, nasceu em Alexandria no final do século III. Contam os historiadores que ela era destemida e ousada sempre que combatia os deuses



Pronunciamento de Rodrigo de Haro

pagãos para professar o cristianismo com todo vigor.

Em 1992, Haro começou o resgate da vida de Santa Catarina de Alexandria com a publicação de um livro. Anos mais tarde um mosaico construído na Praça Tancredo Neves, na capital, mostrou ao público

um pouco da história da padroeira. Também o Tribunal de Justiça é referência nessa trajetória, através de uma relíquia instalada no seu templo ecumênico.

Durante a sessão o jornalista Moacir Pereira lançou o livro *Santa Catarina, Padroeira: Tesouros no Sinai*. A obra resgata informações sobre a vida de Santa Catarina e sobre as riquezas artísticas, históricas e documentais encontradas no mosteiro do Monte Sinai construído há 1.600 anos e dirigido por monges da igreja ortodoxa grega. Rodrigo de Haro assina o prefácio do livro, escrito por Moacir Pereira a partir da visita realizada ao local em maio desse ano, liderada pelo governador Esperidião Amin (PPB), acompanhado dos deputados Lício Mauro da Silveira (PPB) e Nilson Gonçalves (PSDB), além de jornalistas, empresários e profissionais liberais. (RMPP)

Doadores de sangue são lembrados no Legislativo

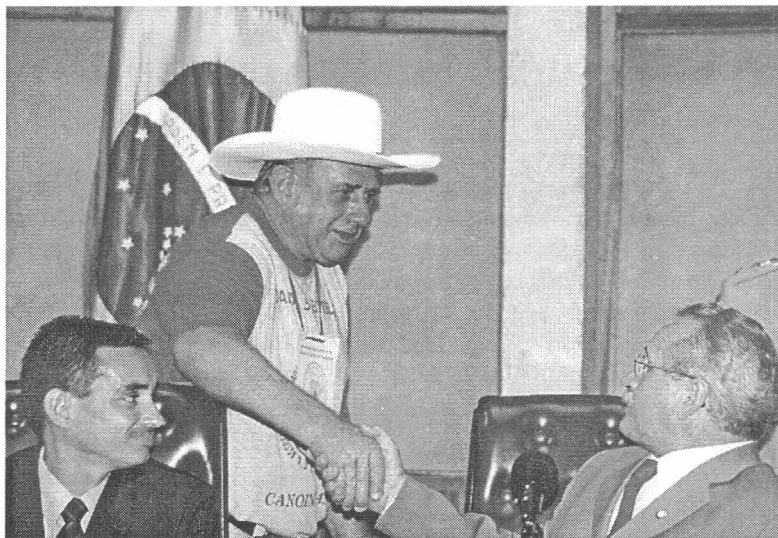
A Assembleia realizou no dia 25 sessão solene, requerida pelo deputado Jaime Mantelli (PDT), em homenagem ao Dia Internacional do Doador de Sangue. Estavam presentes no evento Orlando Krautler, prefeito da cidade de Canoinhas, Silmar Golanovski, representante da Associação dos Doadores de Sangue de Canoinhas, Orestes Golanovski, o maior doador de sangue do mundo e, representando o governador, o secretário adjunto da secretaria da Saúde, Fábio Murilo Botelho.

O presidente da casa, deputado Onofre Agostini (PFL), abriu a sessão exaltando todos os catarinenses que doam sangue, principalmente Orestes Golanovski e os habitantes do município de Canoinhas, que pela dedicação ao próximo elevaram a cidade ao patamar da *Capital Catarinense dos Doadores de Sangue* (Adosarec). "Pessoas como o senhor Orestes mostram que nem tudo neste mundo está perdido, já que existem seres humanos preocupados em salvar a vida de outros, doando o líquido da vida", afirmou Onofre.

O prefeito de Canoinhas, Orlando Krautler, também afirmou o seu orgulho de ser

prefeito de uma cidade onde é reconhecido o valor humanitário de seus habitantes. "Muitos dos nossos doadores são agricultores, que saem de casa e vão doar sangue para salvar a quem precisa", comentou.

O presidente da Adosarec já fez 186 doações de sangue, todas comprovadas e recentemente enviadas ao *Guinness Book*, o livro dos recordes. O doador pleiteia o título de maior doador de sangue do mundo. "Não quero este título por vaidade, mas sim para mostrar aos outros o quanto é simples e importante doar sangue", disse Orestes, que já doou sangue



Presidente Onofre cumprimenta Orestes Golanovski

até em um picadeiro de circo para mostrar à população que o processo era fácil e indolor.

O secretário adjunto da Saúde, Fábio Murilo Botelho, lembrou que o Hemosc é referencial em todo país e que os catarinenses cultivam, cada vez mais, a fama de doadores de sangue. "Temos que seguir ainda mais o exemplo desses catarinenses e mostrar o quanto é importante ajudar a quem precisa", comentou. (TK)

COMISSÕES

CCJ discute criação de cargos no Poder Judiciário

Scheila Dziedzic

Reafirmando a necessidade da criação de 300 novos cargos de assessores de juizes, atendendo assim a demanda de processos represados no Judiciário estadual - atualmente ultrapassam um milhão -, o presidente do Tribunal de Justiça (TJ), desembargador Fernando do Amaral e Silva, defendeu no dia 26 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o Projeto de Lei Complementar nº 18/02.

Participou também da reunião o presidente do sindicato dos Servidores do Poder Judiciário, Volnei Rosalem, que apresentou três pontos de discordância em relação à proposta em tramitação na Assembléia Legislativa. Segundo ele, o ingresso de novos funcionários deverá se dar apenas por concurso público e não através de cargo comissionado, cujo critério é definido de acordo com a "subjetividade" do contratante. Foi questionada ainda qualificação exigida para a ocupação dos cargos: conclusão regular da 6ª fase do curso de Direito, e não curso superior completo, e a dotação orçamentária para prover estes cargos. Rosalem afirma que existe uma

inverdade quando o TJ diz que extinguirá cargos para a criação dos novos. "Tem cargo que nunca foi ocupado e, portanto, não representava despesa". Este assunto será tratado na Comissão de Finanças e Tributação.

Já com a manifestação de seu voto como relator pela admissibilidade do projeto, o deputado João Henrique Blasi (PMDB) esclareceu que a Constituição Federal prevê a ocupação destes cargos comissionados sem a necessidade de concurso, sendo portanto legal a proposta. Blasi irá acrescentar ao projeto uma emenda suprimindo a palavra profissional, no que se refere a qualificação para a ocupação de cargos. Como não houve ainda manifestação da



(foto Salom Soares)

Amaral e Silva defende proposta na Comissão

Ordem dos Advogados, que constituiu uma comissão para a análise do projeto, os deputados Afrânio Boppré (PT) e Julio Garcia (PFL) solicitaram vistas em gabinete para que a discussão possa ser ampliada. Para não prejudicar a tramitação, uma vez que o Legislativo entra em recesso ainda na primeira quinzena de dezembro e, atendendo ao pedido do presidente do TJ para que o projeto seja apreciado ainda este ano, a CCJ votará a admissibilidade na próxima terça-feira (03).

Finanças analisa expansão e orçamento da Udesc

Rose Mary Paz Padilha

A Comissão de Finanças realizou no dia 27 reunião para discutir o orçamento da Udesc para o ano que vem e a expansão do ensino através da criação do *campus* da região Oeste, com três unidades. O encontro foi solicitado pelos deputados Ideli Salvatti (PT) e João Henrique Blasi (PMDB).

O assunto, segundo a deputada Ideli, é "polêmico e preocupante". A parlamentar disse que é preciso ter base orçamentária sólida e segura para essa expansão - o que não está previsto para o próximo ano. Ideli teme não haver condições financeiras de sustentar o ensino com qualidade. Outra questão é a cobrança do ensino à distância, considerada ilegal pelo Tribunal de Justiça. O deputado Julio Garcia (PFL), que presidiu a reunião, lembrou que a alteração do percentual de repasse do governo para a

universidade precisa constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A LDO define os percentuais de repasse e investimentos para a estrutura de Estado sempre no ano subsequente à sua aprovação e passa pelo crivo da Assembléia até o dia 30 de agosto de cada exercício. O deputado Milton Sander (PPB), que é do Oeste e é favorável à expansão, declarou que a instalação da universidade naquela região é uma

luta de 20 anos.

O pró-reitor de Ensino, Antônio Waldimir da Silva, afirma que há suporte financeiro para a expansão e que a necessidade de atender a região Oeste é emergencial. Por outro lado, o representante dos professores, Antônio Nogueira, defende a posição da deputada Ideli. O representante dos estudantes, Iraldo Matias, disse que é fundamental haver responsabilidade na expansão.

A expansão da Udesc na região Oeste é um dos itens do Orçamento estadual para 2003, cujo relator é o deputado Julio Garcia. A votação deve ocorrer até o dia 15 de dezembro. Ao final da reunião, a deputada Ideli sugeriu que os representantes da região Oeste procurem o governador eleito, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), para saber se o governo colocará em prática o projeto de expansão, caso seja aprovado.



Comunidade acadêmica durante a reunião

COMISSÕES

Impasse pode forçar indústria a trocar matriz energética

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Mirela Maria Vieira

O impasse entre indústrias que utilizam o gás natural e a SC Gás - empresa responsável pela sua distribuição deste insumo energético no estado -, pode forçar a indústria catarinense, principalmente a cerâmica, a retornar ao uso de outras matrizes energéticas, como o GLP (gás de cozinha), o carvão gaseificado ou o óleo diesel. “O preço do gás catarinense, em valores absolutos, só perde hoje para o cobrado no

Japão”, assinala o presidente do Sindicato das Indústrias Cerâmicas (Sindiceram) e executivo da cerâmica Eliane, Leandro Rosa Medeiros. A possibilidade da troca de insumo é uma saída que os empresários já anunciaram. A afirmação foi feita durante a primeira reunião de trabalho da Comissão Parlamentar Externa (CPE) do Gás Natural, criada na segunda-feira (25).

A CPE é integrada pelos deputados Clésio Salvaro (PFL), que a preside, Ronaldo Benedet (PMDB) e Valmir Comin (PPB), relator. Durante cerca de três horas os parlamentares ouviram, além de Medeiros, o presidente da SC Gás, Luiz Gomes, seu diretor administrativo-financeiro, Rogério Lima, Luiz Fernando Francalacci, da Infra-gás, e Henry Quaresma, diretor de relações industriais da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc). O coordenador do



Reunião da CPE do Gás

Fórum Parlamentar Catarinense, deputado federal Gervásio Silva (PFL), também participou do encontro.

As indústrias catarinenses pagam R\$

0,72 (incluindo o ICMS e o PIS/Cofins), enquanto que no Rio Grande do Sul e Paraná os valores estão em R\$ 0,58 e R\$ 0,65, respectivamente. “Propomos pagar o mesmo valor do Rio Grande do Sul”, resumiu o presidente do Sindicato. O reajuste, conforme Luiz Gomes, estaria abaixo do custo

criado com o que denominou “bolha cambial”, que manteve o dólar acima dos R\$ 3,60 nos últimos meses. O gás natural do sul do País vem da Bolívia.

Subsídio apenas para o insumo importado

A CPE está agendando audiência com o Ministro das Minas e Energia, Francisco Luiz Sibut Gomide, para que na regulamentação do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 29, aprovado pelo Senado, seja acatada emenda redacional ao artigo 4º - que prevê subsídios de R\$ 500 milhões para transporte de gás natural com parcela da Contribuição de Intervenção sobre Domínio Econômico (Cide - Lei 10.336/2001 - imposto embutido no valor dos combustíveis.) A proposta dos parlamentares é que o subsídio seja repassado apenas ao gás natural importado da Bolívia - utilizado pelas indústrias dos três estados do Sul -, como forma de equalizar o preço com o gás nacional. A proposta já recebeu adesão do senador Pedro Simon (PMDB/RS), além da bancada federal catarinense. O deputado Comin, informa que será solicitado à SC Gás que aplique a tabela de preço do Rio Grande do Sul até à regulamentação do projeto de conversão. (SD)

CPE do Suíno prepara encerramento dos trabalhos

Representantes da Associação Catarinense dos Supermercadistas (Acats), Procon, Instituto CEPA e Superintendência do Banco do Brasil em Santa Catarina estarão na reunião da CPE do Suíno marcada para o próximo dia 3, às 9 horas, na Sala das Comissões da Assembléia.

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB), presidente da Comissão, disse que a Acats falará sobre os preços de venda da carne praticados pela rede de supermercados do Estado. Do Instituto CEPA os parlamentares querem saber como está o abastecimento de milho para a alimentação dos plantéis e a previsão para a próxima safra catarinense. O Procon virá ao encontro para prestar informações sobre possíveis irregularidades

no setor de venda da carne suína. Quanto à Superintendência do Banco do Brasil, as informações referem-se ao empréstimo de emergência aos produtores para a retenção de plantel. O baixo preço recebido pelo quilo da carne, hoje em R\$ 1,30 e a falta de milho, estão provocando o abandono da atividade.

A boa notícia obtida pelos prefeitos do Oeste que estiveram em Brasília nesta semana, é a compra nos próximos dias pelo

Ministério da Agricultura de 90 mil toneladas de milho para Santa Catarina. O produto deve abastecer principalmente seis mil produtores independentes, que poderão adquirir até 10 toneladas de milho cada um.

O relatório final dos trabalhos da CPE será apresentado à Comissão no próximo dia 10 e será votado em Plenário no dia 12, antes do recesso de final de ano da Assembléia marcado para o dia 15 de dezembro. (RMPP)

GERAL

Audiência discute emenda sobre terrenos de posse

Rubens Vargas

Os deputados federais Edson Andrino (PMDB), autor da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 575/98 que garante o direito à propriedade nos terrenos localizados em ilhas costeiras, como Florianópolis e São Francisco do Sul, e Eni Voltolini (PPB), relator da matéria na Comissão Especial de Ilhas Oceânicas na Câmara Federal, promoveram no dia 25, no Plenarinho, audiência pública para prestar esclarecimentos sobre o tema. Participaram do debate o deputado João Henrique Blasi (PMDB) e representantes da OAB, da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF), da União Florianopolitana das Entidades Comunitárias (Ufeco), do Instituto Geográfico e Histórico de SC, da Prefeitura de São Francisco do Sul e professores da UFSC.

Andrino informou que a emenda recebeu admissibilidade da Comissão de Justiça e agora espera pelo relatório, enfatizando que a proposta precisa chegar à ordem do dia na Câmara dos Deputados, caso contrário pode ser arquivada e o pro-



Blasi, Voltolini e Andrino

cesso inicia da estaca zero na próxima legislatura. “O problema se arrasta historicamente para quem ocupa terrenos de posse. No interior da Ilha de Santa Catarina falta escritura pública do imóvel, as pessoas são donas de fato e não de direito destes terrenos”.

Voltolini, que recebeu documentos históricos e manifestações favoráveis à emenda, assinalou que a discussão no Congresso trata do conceito entre ilha costeira ou continental, e ilha oceânica, explicando que a emenda de Andrino propõe um disciplinamento das propriedades para algumas ilhas sedes de municípios, citando casos como os de Vitória e São Luís.

As consequências da deliberação da Constituição de 88, que determinaram que os terrenos de posse das ilhas - costeiras ou oceânicas -, pertencem à União, podem ser sentidas em Florianópolis. Muitos moradores não têm direito aos serviços de água e luz, os empresários temem investir na cidade, assim como qualquer cidadão em adquirir um imóvel.

Proposta proíbe suspensão de serviços a inadimplentes

Do deputado Francisco de Assis (PT) aprovado, em primeiro turno, projeto que proíbe as empresas concessionárias, ou permissionárias, fornecedoras de água e energia elétrica de interromper o fornecimento por falta de pagamento.

Segundo o parlamentar, pesquisa que fundamentou seu projeto constatou que, entre os 100 maiores devedores de energia elétrica e água para as empresas Centrais Elétricas de Santa Catarina (Cesec) e para a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), respectivamente, não existe nenhuma residên-



assis@alesc.sc.gov.br

cia em débito, apenas empresas. “Porém, para nossa surpresa, poucas estão com o fornecimento interrompido”, afirmou o deputado. “Então, nada mais justo que mediante à inadimplência de determinados consumidores residenciais - na sua maioria, desempregados ou viven-

do situações graves de doenças na família -, não tenham seu fornecimento cortado, além de que, o consumidor ser protegido pela Constituição Federal e Código do Consumidor”, completou. (TK)

Cursos profissionalizantes

O deputado Afrânio Boppé (PT) fez pedidos de informação aos secretários da Agricultura e da Educação, indagando sobre os recursos disponibilizados pelas referidas pastas para as prefeituras investirem na implantação de cursos profissionalizantes de ensino médio. Qual o valor destinado para pagamento de professores e formação de técnicos; de onde provêm os recursos e quais critérios são adotados para a efetivação dos convênios com os municípios. (CW)

Capitais catarinenses

Aprovados em plenário vários projetos, denominando cidades catarinenses. - O município de Anita Garibaldi passa a ser reconhecido como *Cidade dos Lagos*, em projeto de autoria do deputado Ivan Ranzolin (PPB). - Ilhota, localizado no Vale do Itajaí foi reconhecido como a *Capital Catarinense da Moda Íntima e Moda Praia* em projeto do depu-

tado Gilmar Knaesel (PPB). - Joinville foi nomeado como *Capital Catarinense do Bombeiro Voluntário*, em proposição do deputado João de Oliveira Rosa (PTB). - De autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), foi determinado que o município de Videira será denominado *Capital Catarinense da Uva*.

Resistência às drogas e à violência

Projeto de lei do deputado João Macagnan (PFL), aprovado pela Assembléia, institui a data de 19 de maio como o *Dia Estadual do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd*.

O parlamentar lembrou que o programa conta com a aprovação de instituições científicas que comprovam sua eficiência e efetividade através de pesquisas. Utiliza técnicas de ensino aprovadas e normatizadas contando com lições

planejadas e materiais estudantis detalhados; ensina a resistir às drogas através de métodos interativos; envolve a escola, pais e a comunidade; ensina qual a atitude mais apropriada que o jovem deve ter para resistir às drogas e como influenciar positivamente os seus colegas, além de estimular atitudes positivas que aumentam a auto-estima. São realizados estudos periódicos para averiguar a eficácia do programa e possibilitar o aperfeiçoamento contínuo. (CRL)

Poluição e degradação ambiental

Aprovado o substitutivo global de autoria do deputado Herneus de Nadal (PMDB), aos Projetos de Lei nºs 267/01 e 402/01, respectivamente apresentados pelos deputados Rogério Mendonça (PMDB) e Lício Mauro da Silveira (PPB), que torna obrigatória a publicação da relação dos estabelecimentos multados por poluição e degradação ambiental.

De acordo com o artigo 1º "o Poder Executivo publicará anualmente, no dia 5 de junho - *Dia Mundial do Meio Ambiente* - a relação dos nomes dos estabelecimentos comerciais e industriais que, nos doze meses imediatamente anteriores, tenham sido apenados com base na legislação ambiental pela prática de delito relacionado à poluição ou à degradação ambiental". A relação será publicada no órgão oficial do estado sob título específico e de forma destacada, sem prejuízo de sua divulgação por outros meios de comunicação, constando a modalidade da pena aplicada, valores das multas cominadas, atualizados em moeda corrente e as datas de vencimento, ainda que já tenha sido quitado o débito. (CW)

Proposições

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Cônsul Geral da Itália para o Paraná e Santa Catarina solicitando especial atenção aos processos de brasileiros descendentes de italianos residentes em Balneário Camboriú, que pleiteiam a cidadania italiana.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) ao governador indagando sobre o processo de municipalização do ensino fundamental nas escolas da rede pública estadual.

Deputada Ideli Salvatti (PT) requerendo a realização de Sessão Especial para no dia 27 de novembro debater a situação do povo palestino, com a presença de representantes do corpo diplomático da Autoridade Palestina no Brasil.

Deputado Jaime Mantelli (PDT) ao ministro dos Transportes e ao Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília solicitando empenho para a liberação de R\$ 2,5 milhões do Orçamento da União para a continuidade das obras do trecho da BR-282 entre os municípios de Lages e São José do Cerrito.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao professor Silvestre Heerd, da Unisul de Tubarão, cumprimentando-o pela eleição para presidente do *Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação*.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) à Telesc Brasil Telecom pedindo a instalação de telefone público para atender as localidades de Linha Toldo Baixo, Linha Toldo Alto, Linha Belmonte e Linha Palmerinha em Dionísio Cerqueira. (CW)

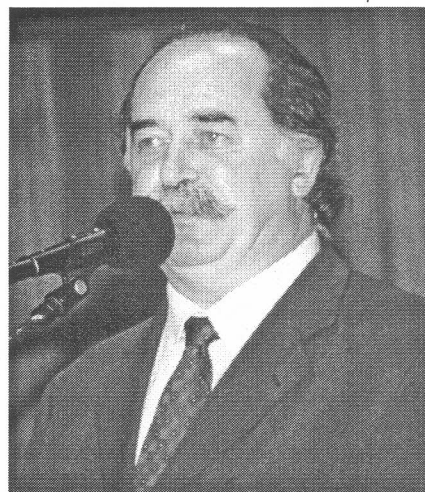
Abandono das obras na rodovia BR-282

O deputado Romildo Titon (PMDB) criticou em plenário a empresa responsável, o DER e a secretaria de Transportes e Obras pelo descaso nas obras da rodovia BR-282, no trecho entre São José do Cerrito e Vargem. "As obras foram paralisadas em função de denúncias sob apuração do Tribunal de Contas (TC).

No entanto, a empresa responsável retirou as máquinas e deixou o trecho sem as mínimas condições de tráfego para qualquer tipo de veículo. Nós, que sentimos na própria carne o problema, sabemos o quanto é difícil o transporte de pessoas naquela rodovia", afirma.

De acordo com Titon, nem mesmo a manifestação dos moradores daqueles municípios, há dois meses, foi suficiente para sensibilizar a empresa do problema. O parlamentar, que preside a Comissão Parlamentar da BR-282, já encaminhou consulta ao TC sobre uma solução para a retomada dos trabalhos.

Quanto às denúncias de irregularidades na obra, principalmente em relação ao aumento dos custos, Titon pede punição urgente aos responsáveis. "Se houve desvio de finalidade, alguém tem que ser punido. A população é que não pode pagar com as condições precárias daquela rodovia". (MS)



titon@alesc.sc.gov.br

GERAL

Folclore na política é lançado na Assembléia

Casildário II, *O Retorno*, de Dorvalino Furtado Filho, é uma coletânea de tiradas do ex-governador e senador Casildo Maldaner (PMDB) produzidas nos últimos oito anos. O livro foi lançado pela primeira vez em 1991, quando foram colocados à venda 1.200 exemplares esgotados em apenas duas semanas. A segunda edição teve lançamento na noite do dia 25, durante coquetel na Galeria de Arte Meyer Filho, na Assembléia.

Segundo o autor, que é médico veterinário mas tem gosto pela literatura, as frases de Maldaner não são piadas e nem gafes: são pérolas. "O livro retrata o bom humor, a espontaneidade, as idéias e os improvisos do senador. É um resgate da cultura catarinense", destacou.

A organização das frases do Casildário começou quando Dorvalino trabalhava na assessoria internacional do governo. Em



Maldaner e Dorvalino autografando a obra

um caderninho ele anotava as frases engraçadas ditas por Maldaner. Depois conferia com o ex-governador para ter certeza de que não havia exageros. Políticos de destaque no cenário nacional, como Ulysses Guimarães, Pedro Simon e Fernando

Henrique Cardoso estão no livro. Uma das "pérolas" fala sobre a morte de Ulysses Guimarães. "Ulysses foi o maior. Um caixão era pequeno para enterrá-lo, precisava de algo maior como as catacumbas oceânicas." (RMPP)

Sabedoria de Hermógenes

Um convite à meditação e ao autoaperfeiçoamento. Esta a síntese da obra *Prefácios de Hermógenes*, de autoria de José Hermógenes, lançada no dia 27 na Galeria Meyer Filho. No total são 28 textos extraídos de livros escritos ou organizados pelo autor, passando por títulos como *A religião do homem*, *Convite à não-violência*, *Mergulho na paz*, *Saúde na terceira idade*, *Saúde plena: Yogaterapia e Yoga para nervosos e, Yoga: Caminho para Deus*.

Filósofo, educador, poeta, tradutor, escritor e terapeuta, José Hermógenes iniciou sua carreira literária com publicações de caráter didático em 1950. Hoje, aos 80 anos, o autor conta em seu currículo com mais de trinta obras publicadas no Brasil e no exterior, entre elas o best seller *Autoaperfeiçoamento em Hatha Yoga*, que apresentou ao grande público a tradicional disciplina indiana, tornando-se uma das mais importantes obras de referência para praticantes do Yoga Nas palavras de Leonardo Boff, o professor Hermógenes "é o mestre do espírito, um anjo protetor da dimensão espiritual do ser humano, sua irradiação inspira a todos os que buscam um espaço para Deus". (MMV)

Relações de Saber, Poder e Prazer

Também na Galeria, a professora Nadir Esperança Azibeiro lançou, no dia 26, o livro *Relações de Saber, Poder e Prazer*, tese de sua dissertação de mestrado. A obra tem prefácio de Frei Betto e é um resumo de todo o aprendizado que a professora teve como educadora no período em que trabalhou com a formação de lideranças de movimentos populares e sindicais em São Paulo, especialmente na formação de educadores.

Nadir é pedagoga, atualmente concluindo o doutorado, e professora há quase oito anos do Centro de Ciências da Educação (Faed) da Udesc. Seu currículo é extenso, tendo inclusive trabalhado

com Frei Betto no Instituto Cajamar, um centro de educação popular fundado em 1986 na cidade paulista de Jundiá.

Editado pelo Centro de Estudos e Projetos Educacionais e Culturais – com o apoio cultural da Udesc -, o livro de 184 páginas é uma obra autobiográfica. Nele estão relatados os projetos e dificuldades, avanços e impasses, reflexões e vivências da autora, tendo como eixo a articulação entre saber, poder e prazer.

Conforme Nadir, "nas relações é preciso incorporar algum tipo de paixão, que eu denomino de prazer e que leva a mudança de comportamento" disse. (TK)

Agenda

Dia 2, às 19 horas – Sessão solene em homenagem a João José Ramos Schaefer
Local: Plenário

Dia 2, às 19 horas – Lançamento do livro *No Corpo e na Alma*, de Derlei Catarina de Luca
Local: Hall da Alesc

Dia 3, às 19 horas – Lançamento do livro *Memórias Visuais da Colônia Grega em Florianópolis*, de Paschoal Apóstolo Pitsica
Local: Hall da Alesc

Dia 5, às 19 horas – Sessão solene para concessão de título de Cidadão Catarinense ao Brigadeiro do Ar, Juniti Saito
Local: Plenário